

A HEGEMONIA MASCULINA NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA-MS (1962-2024): IMPACTOS DA PRESENÇA FEMININA NA 15ª. LEGISLATURA

Mateus Jesuino¹

RESUMO

Este artigo procura analisar a hegemonia masculina na Câmara Municipal de Nova Andradina, entre os anos de 1962 e a legislatura que findou em 31 de dezembro de 2024. No primeiro momento, é intuito estabelecermos a compreensão histórica das legislaturas, condição que aponta evidente maioria de pessoas do sexo masculino. Nesse ínterim, procuramos compreender como o preenchimento de ideias masculinas permearam políticas públicas no município de Nova Andradina, no entanto, procuramos saber quando a presença feminina no legislativo aconteceu e de que maneira a atuação das mulheres corroborou para que novas percepções sobre a essência das políticas sociais pudessem acontecer. Nossa metodologia de pesquisa será desenvolvida a partir de bibliografias sobre a hegemonia masculina, dados estatísticos que envolvem os efeitos das mulheres na política e ainda oralidade como forma de entendimento da participação das vereadoras enquanto mulher na política. Não obstante, procuraremos discutir as representações e significações entre as distinções da concepção política entre homens e mulheres, e como na 15ª. legislatura da câmara municipal de Nova Andradina, recebeu novas condições a partir da presença de três mulheres enquanto vereadoras, fomentando a Procuradoria da Mulher e Projetos de Leis que evidenciam o papel da mulher nova-andradinense.

Palavras Chave: Hegemonia; Vereadoras; Políticas Públicas; Nova Andradina.

ABSTRACT

This article seeks to analyze male hegemony in the Municipal Council of Nova Andradina, between the years 1962 and the legislature that ended on December 31, 2024. Initially, it is intended to establish the historical understanding of the legislatures, a condition that indicates an evident majority of male people. In the meantime, we seek to understand how the fulfillment of masculine ideas permeated public policies in the municipality of Nova Andradina, however, we seek to know when the female presence in the legislature occurred and how women's actions contributed to new perceptions about the essence of policies social events could happen. Our research methodology will be developed based on bibliographies on male hegemony, statistical data involving the effects of women's in politics and also orality as a way of understanding the participation of councilors as women in politics. Nevertheless, we will seek to discuss the representations and meanings between the distinctions of political conception between men and women, and as in the 15th. legislature of the municipal council of Nova Andradina, received new conditions with the presence of three women as councilors, promoting the Women's Attorney's Office and Bills that highlight the role of Nova Andradina women.

Keywords: Hegemony; Councilors; Public Policies; Nova Andradina.

1. INTRODUÇÃO

¹ Acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A questão da hegemonia masculina no meio social é extremamente presente em diversas esferas da sociedade, na política especificamente ela é característica desde os primórdios da democracia ocidental, tendo sua construção ao longo dos séculos uma relação profunda com a exclusividade em diversas formas do ser masculino em sua composição, isto é, a política ocidental foi formada e durante muito tempo foi composta quase que exclusivamente por homens e para homens, excluindo ou obscurecendo a presença das mulheres ao longo da história. Quando pensamos no tempo presente é difícil não refletirmos sobre a causa das problemáticas envolvendo a presença do ser feminino no nosso mundo, e por que até os dias de hoje sua presença não é tão grande quanto a dos homens no que diz respeito a vida pública, podemos analisar essa situação a partir de uma escala micro, a formação da política regional e como as mulheres se inserem nesse meio, é nesse sentido que buscamos analisar a presença das mulheres na câmara municipal de Nova Andradina/MS, dessa forma podemos compreender a relação direta da mulher na democracia local, na luta por direitos e na representatividade, e analisarmos justamente a historicidade da presença das mesmas nos palanques políticos, para podermos compreender plenamente a situação das mesmas no que diz respeito justamente a questão de políticas públicas voltadas para elas.

Ao analisarmos o cenário presente em Nova Andradina nos deparamos com uma situação bem preocupante, existe uma baixíssima representatividade política feminina, e é possível traçar através de todos os mandatados até a fundação do município o mesmo cenário, para isso é possível analisarmos as fontes disponíveis no site da câmara municipal, e assim termos um histórico detalhado das candidaturas e de todos os nomes que passaram pela câmara desde a sua criação, esse é um dado importantíssimo para levantarmos estatísticas da presença das mulheres nesse meio, podemos também através da história oral obter respostas sobre como a sociedade encara as mulheres no meio político local, sobre os desafios enfrentados e sobre a importância das mesmas.

2. A relação histórica legislativa com a hegemonia masculina na Câmara De Nova Andradina-MS

A câmara municipal de Nova Andradina - MS foi criada no ano de 1962. Desde a primeira legislatura, é possível percebermos a hegemonia masculina no âmbito legislativo, de modo que a presença de mulheres nesse primeiro momento é nula, findando em seu princípio de criação uma tendência difícil de ser quebrada de baixa participação de mulheres na política

local. O município foi fundado de fato em 1958, mas fazia parte da comarca de Rio Brillhante, somente em 1962 que a partir de uma eleição foi fundada a primeira legislatura, é importante analisarmos alguns fatos sobre a ata de instauração da legislatura de 1962.

De acordo com a ata de fundação da câmara disponível no site *online* da instituição, podemos perceber apenas a citação de nomes masculinos, tanto para a posse da câmara, quanto para a nomeação de cargo. Joan Scott (1995) comenta em seu artigo “*Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*” sobre a relevância da pesquisa de gênero na história política: “Depois porque a história política - que ainda é o modo dominante das interrogações históricas - foi o bastião de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero” (p.24).

Nesse sentido, ressaltamos que essa particularidade é algo a analisarmos no decorrer da pesquisa, considerando a falta da presença delas, ou mesmo a presença esporádica delas, como uma forma de resistência de incluir o outro por parte de quem escreve a história, dando a impressão de que as mulheres não estariam presentes na história da política local, podemos analisar essas questões a partir do conceito de masculinidade hegemônica, definida por Connel como (2013, p. 245):

A masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse.

Portanto tentarmos encontrar as mulheres até mesmo onde aparentemente elas não estão presentes é fazer um bom uso da história política para rompermos com paradigmas historicamente pré-estabelecidos de que as mulheres não estão presentes ou não merecem estar presentes na vida política, assim fazendo jus também a importância das políticas públicas voltadas para o incentivo a participação das mesmas na política em defesa de sua categoria como lugar de fala.

No site da câmara municipal está disponibilizada a ata de instalação do município de Nova Andradina, essa ata tinha a função de reconhecer a independência da cidade como município, e também nomear os primeiros cargos que ocupavam a câmara municipal, desse modo instaurando uma forma de organização política local, ela também oficializou a primeira legislatura de Nova Andradina, desse modo dando posse ao primeiro prefeito da cidade, Teutly Soares Leitão e os primeiros vereadores; A câmara municipal pertence à esfera legislativa do poder. Cabe aos parlamentares elaborar leis; fiscalizar as ações do Executivo de modo a garantir

o bom uso de recursos públicos; assessorar as demais esferas públicas na busca pelo desenvolvimento do município; e administrar de maneira eficaz a gestão do próprio Legislativo.

A presença das mulheres nesse cenário é de grande relevância para a defesa de seus interesses, pois sua ótica de ver o mundo e a sociedade é excluída nesse sentido, a ideia de uma criação patriarcal é facilmente observada nesse contexto, essa questão tem fundamentação histórica; Heleith Safiotti em seu livro *“O poder do Macho”* argumenta sobre a forma como os seres humanos naturalizam processos sociais, desse modo criando uma falsa realidade de que mulheres teriam um dever natural como mulheres (2010, p. 11):

É preciso atentar para o processo inverso que consiste em naturalizar processos socioculturais. Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupa do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história.

Para Saffioti (2010) uma das principais formas de naturalização das responsabilidades das mulheres é quanto ao trabalho doméstico, mas sua análise pode ser expandida no que diz respeito a presença da mulher na vida pública, quando analisamos a construção da política brasileira como sendo majoritariamente formada por homens brancos, é possível fazermos essa análise também na formação da política no município a partir de um viés patriarcal, onde a presença das mulheres nesse cenário é subalternizada, pois é “naturalizado” que o dever do homem nesse sentido seria o da vida pública e o da mulher a vida privada.

De acordo com o histórico da Câmara Municipal de Nova Andradina-MS, entre os anos de 2021 a 2024, acontece a décima quinta legislatura. Salienta-se similitudes nas legislaturas, e um padrão que consiste no fato de que poucas mulheres estiveram presentes na câmara municipal de Nova Andradina, e no que tange ao poder executivo da mesma cidade, duas mulheres foram candidatas à prefeitura, Regina Maria Duarte em 2000 e Dione Hashioka em 2024, todavia, nenhuma delas chegou ao pleito do poder executivo.

Marcamos assim, a pouca presença no legislativo municipal por parte das mulheres, houveram no total, contando com vereadoras suplentes, 7 mulheres representando o cargo de legisladoras na câmara municipal, número bem pequeno se comparado com o total de vereadores que já passaram pelo cargo no município, 171 ao todo, isso é cerca de 4,1% apenas do número total, que demonstra como a política local ainda necessita avançar referente a representatividade de mulheres.

Nesse sentido, passamos a apontar de maneira mais precisa os dados referentes à presença feminina na câmara municipal de Nova Andradina-MS. Seguindo os documentos

oficiais da instituição, as mulheres tiveram poucas oportunidades na história da política local, mas estiveram presentes em algumas ocasiões. A primeira mulher a ocupar o cargo de vereadora foi a vereadora suplente, Luiza Trotta Abrão. Assumiu o cargo substituindo o senhor Walter de Paulo, ocupando a posição de 1975 a 1976, apesar de ter sido a primeira mulher a assumir um cargo, mesmo por suplência, sua legislatura durou apenas 1 ano.

Consta no mesmo histórico que Luiza Trotta Abrão foi substituída por Moacyr Lopes da Cunha, também como suplente. No entanto, esse foi o primeiro registro de uma mulher nas atas como legisladora, passando-se 13 anos, para que outra mulher pudesse ocupar o posto. Isso é muito tempo, a considerar quando colocamos em xeque o fato de que a senhora Luiza apenas ocupou o cargo por meio de suplência, porém mais ainda quando pensamos que a primeira vereadora eleita de fato por votação direta só assumiu o cargo no de 1993, isto é, 31 anos, quase duas gerações sociais desde a formação do município, até que Laurecy Correia Tomazinho assumiu o cargo de vereadora, sua legislatura durou até 1996.

Nesse sentido, assinalamos como a presença feminina é dificultada pelas relações sociopolíticas de uma cidade do porte de Nova Andradina-MS, considerando a hegemonia masculina enquanto fundamento dos interesses históricos das cidades e populações. Não obstante, podemos ressaltar que mulheres na política costumam ter olhares peculiares às políticas públicas, certamente anseiam por condições capazes de salientar a dignidade feminina, costumam acontecer nas legislaturas com presença feminina, atitudes, projetos de leis, por exemplo, que coloquem em evidência potenciais melhorias contemplando as mulheres na sociedade e nos seus direitos.

Em 1997 é instaurada uma das leis mais importantes para a presença das mulheres na política nacional a lei Nº 9.504 de 1997 que colocava regras partidárias para cotas de gêneros nas eleições, de no mínimo 30% de presença em relação ao gênero majoritário do partido, essa lei foi muito importante pois serviu como marco para conscientizar a política nacional de que a mesma também deveria ser um lugar para as mulheres.

Logo em seguida, de 1997 até os anos 2000, mudando o tempo das candidaturas para apenas 3 anos nos municípios, tivemos a senhora Célia Fatima Oliveira Guedes, e a partir daqui inicia uma maior presença das mulheres na câmara legislativa, tendo candidaturas em sequência com mulheres ocupando cargos dentro da câmara municipal, pois em 2001 tivemos Regina Celia Dan, que fica duas candidaturas no poder, até 2008, é perceptível que durante esse período houve uma mudança na percepção das pessoas sobre a importância das mulheres na política local, principalmente em relação às obras realizadas durante a candidatura, pois além de poucos

os casos de representação feminina também são poucos os casos de reeleição na câmara, em todos esses anos muitas políticas públicas foram realizadas com o intuito de tornar mais competitiva as disputas eleitorais e esse é um fator muito importante para pensarmos sobre esse período em que houve uma maior presença de mulheres na câmara.

Apesar de uma sequência de 4 mandatos em que apesar de diminuto, houve sim uma considerável representação feminina, tivemos em seguida um hiato de 12 anos sem que nenhum nome de mulheres apareça nas atas da câmara municipal, de 2008 até 2020, 3 mandatos no total, esse vácuo de representação pode ter se dado por diversos fatores, mas fica a questão do impacto que a falta de mulheres acarreta na política local, ainda mais após vários mandatos em sequência quando parecia que as coisas estavam mudando, podemos analisar a estrutura rural de Nova Andradina que se tratando de uma cidade interiorana possui interiorizado em sua comunidade conceitos patriarcais mais fortes que as grandes metrópoles, que criam tendências de movimentos e políticas sociais, essas mesmas podem levar tempo até serem “compradas” pela população local, que está inserida num sistema mais paternal de sociedade.

Apesar desse período sem representação alguma, em 2020 tivemos um total de 3 candidatas eleitas de uma única vez, um marco histórico para a câmara municipal, o único momento na história da política local em que houveram mais de 1 vereadora ao mesmo tempo, isso demonstra que após um ciclo de vários mandatos sem representação, notou-se uma necessidade da presença das mesmas que se tornou gritante, demonstra também como as políticas públicas são importantes para que haja mais competitividade e equilíbrio entre os gêneros na disputa eleitoral, e mostra como a região tem se tornado aos poucos um pouco mais aberta ao pensamento de inclusão em defesa das mulheres na política.

2. Impactos das ações das mulheres vereadoras na 15ª legislatura da câmara municipal de Nova Andradina-MS

A legislatura de 2020 a 2024 foi um mandato histórico para a política local de Nova Andradina no sentido de representação de mulheres, sendo o período em que mais tivemos nomes de mulheres dentro da câmara legislativa no cargo de vereadoras, esse feito foi de suma importância para a consolidação de leis que visam a igualdade de gênero na representação política, para que desse modo tivéssemos a possibilidade de ter personas políticas representando as mulheres de Nova Andradina. Sendo assim a presença das mesmas como vereadoras do

município trouxe a oportunidade de termos leis que privilegiam o seu modo de ver o mundo para que assim se fizesse uma melhora na qualidade de vida e sociedade para as mesmas.

Ao todo foram 4 projetos de lei escritos pelas vereadoras, sendo apenas 1 deles reprovado, o primeiro projeto de lei aprovado em 2021 foi de autoria da vereadora Gabriela Carneiro Delgado. O Projeto de Lei Ordinária Nº. 003 de 21 de Janeiro de 2021, seu objetivo era priorizar as mulheres vítimas de violência doméstica, nos projetos de habitação municipal, o texto prevê que 5% das moradias sejam destinadas especificamente a essas mulheres como uma forma de romper com os ciclos de violência que ocorrem em detrimento a dependência financeira dessas mulheres em relação a seus cônjuges, para que dessa forma as mesmas tenham um respaldo do estado para assim eventualmente deixarem para trás a necessidade de conviver com seu agressor.

Essa lei tem forte impacto no cenário nova andradinense, uma cidade que segundo o texto da lei constavam 362 medidas protetivas refletindo os níveis de violência contra as mulheres, em sua justificativa o texto demonstra como o acesso à moradia tem a capacidade de servir como ferramenta para combater a violência doméstica e dar liberdade, dignidade e autonomia para tantas mulheres que sofrem em seus próprios lares.

Outra lei estipulada por elas foi a partir do Projeto de Lei Ordinária nº. 25 de 2021 das autoras: Gabriela Carneiro Delgado, Maria Aparecida dos Santos Correia e Márcia Batista Lobo Grigolo. Essa lei propunha um auxílio às mulheres vítimas de violência doméstica para adentrarem o mercado de trabalho por meio de incentivos às empresas para a contratação das mesmas, o nome da lei ganhou o nome: “Programa esperança para elas”. Essa lei tem como foco agir justamente em prol das mulheres vítimas de violência em detrimento a dependência financeira, desse modo o programa as ajudaria fazendo-as ingressar no mercado de trabalho encaminhadas e orientadas de maneira sigilosa pelo CRAM; além disso a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social coordenaria o programa, podendo fazer o mesmo expandir, mediando parcerias e suportes.

Essa lei é de uma importância tamanha, tendo em vista as dificuldades que as mulheres que sofrem violência doméstica tem em escapar do ciclo de mais agressões, este que por sua vez é perpetuado devido a fatores como a dependência financeira e emocional, esse projeto de lei vem com a intenção de quebrar essa roda, dando a possibilidade das mulheres vítimas de agressão e outros tipos de violência a possibilidade de se livrarem de seus agressor, ingressando no mercado de trabalho e adquirindo a liberdade financeira antes atrelada aos mesmos, são leis

como essa que reforçam o papel do estado em agir como um provedor de meios para o bem estar social, garantido a dignidade de todos e todas.

O projeto de lei ordinária nº. 02/2022, foi reprovada em 14 de fevereiro de 2023, ela tinha como objetivo medidas protetivas para mulheres em bares, feiras, casas noturnas e restaurantes. A lei visava agir em prol de mulheres que se sentissem ameaçadas de algum modo nesses ambientes, as medidas seriam de modo a proteger essas mulheres, fornecendo acompanhamento, sinalizado com placas e panfletos oferecendo ajuda, além de outros mecanismos que poderiam ser utilizados entre os estabelecimentos e as mulheres de modo a dar mais segurança a elas.

Apesar da importância dessa lei essa foi reprovada, talvez pelo teor de obrigatoriedade que o texto carregava, ela instituiria uma nova regra para os funcionamentos dos estabelecimentos, podemos levantar algumas análises sobre essa questão, um programa de conscientização e incentivo do governo para melhor sinalização e atendimento em casos de mulheres que se sentiam ameaçadas poderia ter tido um resultado diferente, porém temos que lembrar também que existe pouca representatividade feminina dentro da política local, isso faz com que pautas voltadas para elas tenha menor chance de serem aprovadas.

Uma das leis mais importantes colocadas em pauta pelas vereadoras é a Lei N: 11.340 de 2006, que coloca em plano a Casa da Mulher nova-andradinense. Essa lei foi de propositura da vereadora Marcia Batista Lobo Grigolo, e contém em seu texto um projeto de casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica, esse abrigo daria suporte psicológico, institucional, médico e trabalhista para essas mulheres, tendo capacidade até mesmo de abrigar os filhos e filhas dessas mulheres, esse local seria regido pela secretaria municipal de cidadania e assistência social, o acolhimento poderia ser por até 90 dias, mas se necessário e por critério judicial poderia ser estendido por mais tempo, o texto da lei reforça o compromisso do estado em firmar parcerias e convênios de modo a expandir e melhorar os serviços prestados, resultando assim em uma rede de apoio completa as mulheres vítimas de violência.

Essa lei é de extrema importância pois amplia e dá suporte a já bem estruturada delegacia da mulher, fornecendo muito mais do que apenas suporte judicial, mas também indo além com a reabilitação e reintegração social dessas mulheres que venham até o abrigo em busca de socorro, a ideia da Casa da Mulher Nova Andradinense é correspondente ao projeto Casa da Mulher Brasileira iniciado em 2013 como um centro especializado e humanizado de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica.

É possível notar o teor das leis proposto pelas vereadoras no sentido de serem todas voltadas para o combate à violência contra as mulheres, é necessário termos uma discussão sobre isso pois não é o acaso que traz diversas leis voltadas a esse assunto, isso indica a forte necessidade da existência de mulheres em cargos públicos com poder de realizar empreitadas em prol das mesmas, desse modo lutando contra o machismo interiorizado em nossa sociedade que gera o câncer social, denominado de violência contra as mulheres.

A criação da procuradoria da mulher na câmara municipal é um dos projetos que trazem maior impacto no sentido da promoção e vigilância de políticas públicas voltadas para as mulheres, o Projeto de Resolução Nº. 1/2021 redigido pelas vereadoras Gabriela Carneiro Delgado, Maria Aparecida dos Santos Correia e Marcia Batista Lobo Grigolo, dispõe sobre a criação de um mecanismo dentro da câmara municipal com o intuito de tornar a realizar de fato políticas públicas para mulheres, o texto traz em seu corpo o objetivo de receber e encaminhar denúncias sobre violência contra mulheres, fiscalizar a execução de projetos voltados para a igualdade de gênero e a realização de eventos educativos com o intuito de combater a violência contra as mulheres e promover a participação das mulheres na política.

Esse projeto é fundamental para a realização plena de políticas de igualdade, para a promoção do bem-estar social das mulheres, e manutenção da segurança pública para as mesmas, reforça também o papel importante das mulheres dentro da política, para que haja representatividade e consequentemente cobrança para políticas públicas já vigentes, mas não cumpridas, bem como para novos projetos que tenham o intuito de fazer uma sociedade melhor para elas.

3. As palavras das mulheres vereadoras na política de Nova Andradina-MS

Durante a 15ª legislatura tivemos um evento histórico que foi a eleição de 3 vereadoras ao mesmo tempo, feito inédito para o município de Nova Andradina, sobretudo, pelo fato da possível contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres, com muitas leis e projetos realizados. Nesse sentido, procuramos as três vereadoras que legislam entre 2021 e 2024, no intuito de compreendermos o papel das mulheres na política, de maneira muito particular a partir da fala destas vereadoras.

No primeiro momento entrevistamos as vereadoras Márcia Batista Lobo Grigolo, politicamente chamada de Márcia Lobo – PODEMOS, também Gabriela Carneiro Delgado, a Gabriela Delgado – MDB. Em data posterior pudemos entrevistar a Vereadora Maria Aparecida

Correa Valdez, a Cida do Zé Bugre-PODEMOS. Nas entrevistas foi possível perceber a preocupação das vereadoras enquanto ativas por políticas públicas capazes de dar melhor qualidade de vida as mulheres, enfatizando a garantia de dignidade humana peculiarmente a mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar.

As vereadoras sempre apontam durante a entrevista que mulheres precisam ter a sua dignidade respeitada e valorizada, mulheres sofrem mais por diversos tipos de violência, entre elas as violências simbólicas, essas são apontadas pelas subjetividades, especialmente quando estão elaborando leis e percebem nos gestos e atos masculinos certas rejeições, palavras silenciosas podem ser observadas, haja vista, os olhos e as expressões faciais apontam muito mais do que as tonalidades vocais podem apontar.

Para essa análise utilizamos os livros de Pierre Bourdieu, Poder Simbólico (1989) e Dominação Masculina (1995), procurando perceber como as violências simbólicas estão presentes nos ataques ao trabalho feminino dentro das esferas públicas, no caso em tela, dentro do legislativo. É necessário procurarmos entender que os “nãos” da política para as mulheres são apresentados muito mais de forma subjetiva do que explícita. Nesse sentido, dizer não ao papel das mulheres costumeiramente acontece com a subjetividade, afinal, dizer que não se aceita as mulheres na política pode se tornar um crime quando a misoginia for evidente, por esse motivo, as ações ficam no entre linhas, condições que podemos também perceber com o auxílio de Roger Chartier (2011), nas representações e significações.

Partindo desse pressuposto, foi realizada a entrevista, partindo do questionamento se as vereadoras se sentem respeitadas enquanto mulheres dentro da política (Entrevista realizada em 05/11/2024): “Aqui dentro da Câmara, somos muito respeitadas. Tanto para os funcionários, para os diretores, para os vereadores jurídicos, até o público que vem aqui. Respeitam a gente igualmente” (Márcia Lobo, 2024). Entretanto, o mesmo não pôde ser dito ao se referir ao tratamento recebido pela comunidade, como ressaltado pela vereadora:

Porém, levando para o geral da cidade, eu já não sinto que a gente tenha esse respeito. Muitas pessoas que vêm pedir um projeto grande aqui na Câmara, falam que vão perguntar para o vereador tal, só vem tirar informação com a gente. Mas eu vou pedir para o vereador. Aí você chega lá na Prefeitura, outro vereador está tomando frente daquilo que você já estava fazendo. (Márcia Lobo, 2024)

A vereadora complementou, comentando sobre a reação popular nas redes, que tendem a ser em grande parte negativas e desproporcionais, como apontou Márcia Lobo:

Porque o próprio empresário, ou comerciante, ou cidadão comum, ele acha que a mulher não tem força para ir lá garantir aquele direito dele, ou aquele projeto de lei, porque ele acha que é um patamar acima de o que a mulher não conseguiria fazer. Então, a gente vê isso aí. Eu vejo lá indicações não tão significativas de homens, ninguém fala nada. Aí tem uma indicação de uma mulher significativa, aí vão lá e descem o porrete. Várias pessoas da sociedade. Os meus comentários, se você for ver na rede social, um monte de comentários depredando algumas coisas, sendo machistas, nas minhas matérias. Você vai em outra pessoa, só tem “joinha”, ou não tem nada. Eles nem se importam. Mas por que quando é a mulher que está indicando, tem comentários maldosos? (Márcia Lobo, 2024)

Também respondeu a vereadora Cida do Zé Bugre (Entrevista realizada em 06/11/2024): “Olha, quando eu cheguei aqui na Câmara, acho que elas também devem ter sentido um pouco, assim, de discriminação, né? No início” (Cida do Zé Bugre, 2024).

A experiência da vereadora apresentou ainda um fator agravante, tendo em vista sua origem e etnia, que, de acordo com ela, influenciaram as opiniões na Câmara:

Eu falo por mim: porque eu sou da periferia, venho lá dos bairros, sou barreira. Eu sou da periferia, sou mulher, sou negra também. E sou pobre. Então, assim, talvez isso impactou um pouco lá no início do mandato. Mas, com o tempo, eles foram verificando que a gente tinha condições de ter uma boa vereança, né? Então, assim, lá fora, muitos me viram como a Cida, uma pessoa normal, porque eu continuei sendo a mesma pessoa. O que eu era antes, eu continuei sendo depois. Esse nome de vereadora só era me falado mais aqui na Câmara e na Prefeitura. Fora isso, o pessoal não falava que eu era vereadora, era pelo nome, me chamavam pelo nome, né? Então, assim, eu acredito que eu fui, assim, respeitada lá fora, também, como vereadora, que além de eles não me chamarem de vereadora, mas sabiam que eu era vereadora, né? E aqui dentro, não foi na Câmara. Eu acho que eu conquistei respeito, né? Perante os nossos anos aqui na Câmara Municipal de Nova Andradina. (Cida do Zé Bugre, 2024)

É possível notar como as respostas das vereadoras têm representados diferentes tipos de discriminação, algumas bem sutis e quase imperceptíveis, mas que dizem muito sobre como as mulheres são vistas no universo da política. Márcia Lobo aponta para dois pontos muito relevantes em relação a posição dela como vereadora, a primeira é em relação ao papel dela como mulher estando dentro da política e não ser reconhecida como de fato capaz de realizar seu papel fundamental no acolhimento de demandas da sociedade.

Essa é uma forma de discriminação por parte da sociedade que não acredita na capacidade dessas vereadoras de realizar grandes obras em prol da cidadania, esse é um fato que impede que as mulheres ingressem na política e se estabeleçam de maneira igualitária, pois suas demandas existem, e sua presença nessa esfera é de grande importância, mas é preciso

combater grandemente o machismo interiorizado na população que não enxerga valor no trabalho político das mulheres.

Outro ponto são os ataques virtuais à imagem das vereadoras que por serem mulheres recebem críticas sem fundamentos em seus projetos, esses ataques provem do mesmo problema já desenhado antes: o machismo que impede que vejam o valor do trabalho das mulheres. Já para a vereadora Cida, o problema reside em outros aspectos, relacionados além do machismo da sociedade, também ao racismo e discriminação social, ela elenca o fato dela além de mulher, ser negra, periférica como algo que por um tempo impediu que as pessoas enxergassem nela as características de uma política de fato, mas que com o tempo essas questões foram sendo colocadas de lado, tendo em mente o trabalho por ela realizado na câmara municipal em prol das mulheres e da sociedade.

Quando questionadas se as propostas que elas elaboram são bem recebidas pela sociedade, essa foi a resposta de Gabriela Delgado (Entrevista realizada em 05/11/2024):

Os projetos são divulgados por nós, na nossa rede social. Hoje a gente não consegue atingir um público [...] como o que a prefeitura tem nas redes sociais dela. Mas nós tentamos trabalhar nossas redes sociais. Para não te dizer que a gente é boicotada na prefeitura com essas questões de divulgação de alguma coisa que a gente esteja apresentando ou que foi aprovada. (Gabriela Delgado, 2024)

Márcia Lobo complementou, informando que a divulgação ocorre também no site oficial da Câmara, além de Instagram e outras redes sociais particulares das vereadoras. A vereadora também deu seu parecer sobre a recepção dos seus trabalhos, afirmando: “A população, em geral, acaba não vendo. A gente vai lá ver a aceitação, e às vezes tem uma matéria bacana e você tem dez ou cinco acessos.” (Márcia Lobo). Em relação ao baixo número de acessos e visualizações dos seus projetos, a vereadora apontou um dos motivos que ocasionam este problema:

Outra coisa também que as pessoas não têm cuidado é [...] de assistir às sessões da Câmara, que é ali onde tudo acontece. Às vezes eu tenho uma dificuldade muito grande, ontem mesmo eu tive que ficar quase a tarde inteira debatendo com uma pessoa que não aceitava uma situação sobre o aluguel social. Um cidadão veio quase, assim, me linchando nas redes sociais [...]. Eu falei: “nossa, se tivesse uma pessoa que tivesse todo esse tempo para enaltecer um projeto desse, como seria bem visualizado e ajudaria a chegar lá na ponta!” Agora o cidadão pega e fica ali só: “Ah, mas é assistencialismo! E que não sei o quê, por que isso? Qual a necessidade disso? Qual a eficácia disso tudo? Tem que ver remédio nas prateleiras da farmácia! Tem que ver isso, tem que ver aquilo.” Nós temos que ver todas as coisas. Porém, cada dinheiro, eu

brinco até assim: cada centavo, ele vem carimbado para usar em uma determinada secretaria ou em um determinado público. E as pessoas às vezes não entendem e acham que a gente está desviando o dinheiro para fazer favoritismo (Márcia Lobo, 2024).

A vereadora Cida do Zé Bugre apresentou um ponto de vista mais positivo em relação ao apoio do público, destacando as lutas enfrentadas ao longo do seu mandato (Entrevista realizada em 06/11/2024):

A gente tem recebido vários apoios de pessoas que, na hora em que nós divulgamos, falam assim: “que bom! Você lembrou dessa situação!”. Por quê? Nós trouxemos aqui para a Câmara Municipal um projeto, que foi da minha autoria a indicação, que foi sobre a pobreza menstrual, uma coisa que é um tabu aqui na Câmara. O homem não vai falar sobre isso, e nós falamos sobre isso aqui na Câmara, batemos nessa tecla! A qual nós conseguimos, através da vereadora Gabriela, fazer o projeto para distribuição de absorventes gratuitos, tanto na rede de saúde, como na rede da educação. Isso foi muito importante. Então, e para você ver que a gente trouxe também, além desse projeto que não se falava na menstruação, o que é isso? Os homens chegavam e viravam a cara na hora que nós falávamos. Acharam constrangedor. [...] Porque a gente trouxe coisas que acontecem conosco. A menopausa foi uma pauta também que eu trabalhei. Fibromialgia, outra pauta que nós trabalhamos. Logo após o parto, tem também o acompanhamento para a pessoa não ficar com depressão, para a mulher não ficar com depressão. Então, assim, foram várias pautas que vêm de acordo com a demanda que muitas mulheres querem. (Cida do Zé Bugre, 2024)

É importante analisarmos as falas das vereadoras nesse sentido, pois elas expõem seu sentimento em relação à forma como a sociedade abraça seu trabalho, apesar do grande desafio de se imporem como mulheres que possuem um ofício a cumprir para uma sociedade que tem dificuldade em aceitar seu trabalho nessa área. O estigma ainda presente ao tratar de temáticas de saúde e bem estar femininos, como o projeto da pobreza menstrual, demonstram a importância do trabalho que as vereadoras vêm desempenhando.

Como apontado pela vereadora Cida do Zé Bugre, sem a presença de mulheres na Câmara, assuntos como este jamais seriam abordados, deixando uma parcela da população desamparada e sem voz. Outro obstáculo vencido pelas vereadoras em relação à opinião popular, foi o pensamento de que certas pautas possuem menor relevância e devem ser deixadas de lado em benefício de outras. Esse pensamento dificulta o conhecimento e debate sobre projetos importantes para a sociedade, pela crença popular de que apenas situações emergentes devem ser trabalhadas, não reconhecendo o pleno papel da Câmara para com a sociedade, que é de servir em todas as instâncias e atender a todas as necessidades, como destacado pela vereadora Márcia Lobo.

Ao perguntar às vereadoras se elas creem que existe pouca representatividade feminina na política atual de Nova Andradina, a resposta de todas foi unânime. Márcia Lobos afirmou que sim, e ressaltou o número de eleitoras presentes no município (Entrevista realizada em 05/11/2024): “Claro! Demais, demais! Nós somos 51%. 51,3% do eleitorado de Nova Andradina são mulheres” (Márcia Lobo, 2024). A vereadora Gabriela Delgado acrescentou, reafirmando a importância da presença feminina dentro da Câmara:

Nós, vereadoras, sempre estamos aqui fortalecendo para que outras mulheres tenham coragem de entrar na política, de realmente vestir a camisa numa campanha, para que elas possam estar aqui representando uma parte das mulheres na Câmara Municipal. Não ser apenas em campanha política aquela porcentagem de partido que necessita de mulheres, que elas possam se sentir representadas enquanto nós estamos aqui na Câmara, para que a gente possa fortalecer elas a que elas também podem estar aqui, que elas também podem estar no Executivo, que a gente pode estar onde a gente quer estar. Mas que não é fácil. É muito difícil. É muito difícil, a gente tem muita batalha por ser mulher. (Gabriela Delgado, 2024)

Um outro ponto destacado por Márcia Lobos durante a entrevista foi a falta de apoio das próprias mulheres, afirmando que uma parte expressiva do eleitorado feminino não as aceita e não reconhece seu trabalho na política. Gabriela Delgado também apontou o número significativo de *fake news* enfrentadas, que precisaram ser resolvidas na delegacia.

E a gente tem certeza que é porque nós somos mulheres e porque a gente estava se destacando enquanto vereadoras. Então, tipo, aqui em Nova Andradina a gente não tem nenhuma história de uma vereadora que foi para a reeleição e voltou. Nenhuma. Passaram por aqui, foram para a reeleição e não conseguiram retornar. Isso é por falta também das mulheres se unirem. (Gabriela Delgado, 2024)

Em complemento à fala de Gabriela Delgado, a vereadora Cida do Zé Bugre demonstrou sua preocupação com o número de representantes femininas na Câmara Municipal (Entrevista realizada em 06/11/2024):

Então, agora, a partir do próximo mandato, vai ter só duas, duas vereadoras mulheres. Eu acredito que elas, sendo parceira uma da outra, elas vão fazer um bom trabalho. Só que a gente perdeu mais uma, que poderia ajudá-las muito mais, mas também temos os vereadores, que alguns se preocupam também com as causas das mulheres. Então, isso elas têm que cativar, esses vereadores, para estar apoiando elas também. (Cida do Zé Bugre, 2024)

A vereadora expressou seu descontentamento com a situação futura dentro da Câmara, destacando também o número de eleitoras mulheres de Nova Andradina:

É, e eu fico muito triste, porque nós mulheres, nós somos 52 ou 54% de eleitores aqui no município, e a gente não vê elas próprias querendo acreditar em outra mulher, querendo dar esse voto de confiança para outra mulher, porque, tendo mais uma mulher, ela vai poder ser representada na Câmara Municipal, ela vai poder ter mais força nas suas demandas, que a gente tem muito aqui em Nova Andradina, nós sofremos muito por isso, e muitas vezes existem leis para mulheres que são feitas por homens, e os homens muitas vezes não entendem o que a mulher está passando, e se nós mulheres entendemos, nós nos colocamos no lugar da outra mulher, então, assim, que eu vejo que a gente tem que conscientizar mais as mulheres de Nova Andradina a votar em mulheres para ter mais representatividade na Câmara Municipal. (Cida do Zé Bugre, 2024)

As respostas obtidas revelam um panorama assustador enfrentado em Nova Andradina. Mesmo possuindo um eleitorado em sua maioria feminino, o município ainda encara uma enorme dificuldade em eleger candidatas mulheres, sendo ela ainda mais expressiva quando analisamos o número de candidatas reeleitas. A escassa quantidade de mulheres na câmara é um dos maiores obstáculos encontrados na hora de propor e, principalmente, aprovar leis que as beneficiem. Uma das raízes que levam a este panorama é a falta de interesse político por parte do eleitorado feminino, aliado ao preconceito e a visão de que o lugar das mulheres não seria dentro da política.

O reflexo desse pensamento pôde ser visto nas últimas eleições para prefeito(a) e vereadores (2024), onde uma das entrevistadas, a vereadora Cida do Zé Bugre, não se reelegeu para um novo mandato, deixando a Câmara com uma proporção de mulheres ainda menor que a da gestão atual, como apontado por ela durante a entrevista. Vale também ressaltar que esta mesma eleição contou com uma mulher como candidata à prefeitura, a ex-deputada Dione Hashioka (UNIÃO), que mesmo contando com uma campanha extensa e quase metade dos votos, perdeu para o então candidato Dr. Leandro (PSDB).

Dando continuidade, foi perguntado às vereadoras se elas acreditam que as mulheres de Nova Andradina se sentem representadas pela câmara municipal, tendo em vista mulheres negras, periféricas, mães solas e trans. Márcia Lobo reafirmou seu papel na Câmara, demonstrando sua dúvida em relação ao sentimento das mulheres defendidas por elas (Entrevista realizada em 05/11/2024):

Nós estamos aqui para representá-las, mas eu não sei se elas se sentem representadas. A gente tem um público que procura a gente, sem divisão nenhuma, direito de igualdade para todos e todas. Então, a gente está aqui à disposição delas, tem tido uma procura. Agora, se ela se sente representada por nós, eu não consigo responder se ela se sente representada. Mas nós

estamos aqui, sem divisa nenhuma, para representá-las também. (Márcia Lobo, 2024)

Cida do Zé Bugre apresentou uma resposta mais otimista, reiterando a luta travada pelas vereadoras para defender as pautas de prol do bem estar feminino (Entrevista realizada em 06/11/2024):

Eu acredito que sim. Porque, assim, a gente tentou lutar por todas essas demandas, por todas essas áreas também, pela mulher que é violentada. Violência doméstica, que está muito claro ultimamente, infelizmente, mesmo com a divulgação, conscientização dos homens, das mulheres, ainda continua esse trauma entre nós. E pela violência psicológica, pela violência financeira. Então, assim, a gente lutou bastante para todos esses tipos de demandas, e acredito que sim, que elas estão bem representadas nesse mandato e que nós, assim, só buscamos o melhor para as mulheres. A gente não buscou nada assim, individual para nós. E sim um coletivo. Desde o início, nós três juntas, sempre trabalhando. Para a gente chegar num denominador comum. Sempre viajando juntas, buscando fazer curso, recurso. As três juntas. Cada um na sua área. Cada um com a sua base. (Cida do Zé Bugre, 2024)

Um dos grandes destaques da participação feminina dentro da câmara foi a luta pela inclusão e representatividade, como apontado pelas vereadoras ao longo da entrevista. Seu trabalho ao longo dos mandatos incluiu pautas como a pobreza menstrual e violência doméstica, assuntos raramente discutidos em projetos criados e desenvolvidos por vereadores homens.

Apesar do foco em inclusão e abraçar as necessidades da parcela da sociedade que, até então, não possuía voz, o número escasso de mulheres dentro da Câmara provou ser novamente um obstáculo à sua representatividade dentro da política do município, já que muitas mulheres podem ter a sensação de não possuírem uma representante direta aos seus interesses, tendo como exemplo a ausência de mulheres negras na Câmara, com a saída da vereadora Cida do Zé Bugre a partir da nova gestão, e também de mulheres trans.

Pensando no conhecimento da população acerca dos projetos voltados para mulheres, foi perguntado às vereadoras se elas acreditam que eles são amplamente divulgados. Gabriela Delgado abordou novamente o interesse do público na política do município (Entrevista realizada em 05/11/2024):

Na verdade, a gente esperava que a população em si quisesse saber mais de política, que se interessasse mais pela política. [...] Quanto da Câmara, a gente não tem o que falar sobre as divulgações, mas talvez na Prefeitura, sim. A gente já passou várias situações de estar presente em inauguração e a gente não aparecer na foto, ser cortado (Gabriela Delgado, 2024)

A vereadora Márcia Lobo complementou, falando sobre a falta de reconhecimento por parte dos projetos realizados em Câmara: “Projetos de lei nossos, ou indicação nossa... Aí foi tudo outras pessoas que fazem. O asfalto, os mais de nove milhões, que acabou sendo onze milhões. Fui eu e a Gabriela, nós conseguimos o industrial” (Márcia Lobo, 2024).

E nunca vai sair nossa foto. Vai sair aqui, vem uma emenda do deputado do governo, por exemplo, uma de um milhão que nós conseguimos pros autistas. Eu estava na inauguração da sala, que foi uma solicitação nossa pra um deputado. E lá, na hora da fala do cerimonial e do secretário, em nenhum momento foi falado que as vereadoras foram buscar esse recurso. Então, só fala que agradeceu o deputado, [...] que mandou o valor de um milhão de reais e tal. Mas não aconteceu assim. Aconteceram várias viagens, pedidos, cobranças, reuniões. A gente tenta divulgar nas nossas redes, mas na Prefeitura, se tivesse uma ampla divulgação que reconhecesse o trabalho, talvez a gente conseguisse mais divulgação. (Gabriela Delgado, 2024)

Cida do Zé Bugre expressou também seu descontentamento em relação às formas de divulgação dos projetos realizados pelas vereadoras (Entrevista realizada em 06/11/2024):

Então, nós temos aqui a nossa Câmara Municipal, que faz as divulgações pela rede institucional, e também nós temos a nossa rede social particular, que a gente divulga, mas eu não sei se chega a todos. Poderia ter outra forma também, tem pessoas que não têm muito acesso também às redes sociais. Poderia ser de outra forma, um panfleto, um jornal, algo nesse sentido, ou, igual foi falado, fazer reuniões itinerantes, em que as reuniões vão para os bairros também, não ficam somente aqui na Câmara, porque nós temos um pequeno volume de pessoas que vem aqui assistir às reuniões da Câmara Municipal. Então, talvez falte sim, falte mais divulgação, publicidade, nesse nosso Trabalho. (Cida do Zé Bugre, 2024)

Ao perguntar se elas acreditavam que, caso houvesse uma maior divulgação, isso atrairia um número maior de votos femininos para as candidatas mulheres, a resposta da vereadora Cida do Zé Bugre foi afirmativa:

Eu acredito que sim. Inclusive, nos meus projetos para esse próximo mandato, se eu tivesse ganhado, seria de a gente estar mais perto da população. Como? Visitando periodicamente. Um setor aqui, outro setor lá, junto com as vereadoras também, para a gente estar divulgando o nosso papel, o nosso trabalho. Porque nós, quando assumimos, nós tivemos dois anos de pandemia. A gente não pôde estar saindo para poder estar conversando, falando, porque a gente tinha vários projetos. E depois nós tivemos, rápido, dois anos para fazer o nosso trabalho, que eu acho que foi curto também. Então, eu acredito que um trabalho mais perto da população feminina vai fazer com que elas acreditem nelas mesmas e possam dar esse voto de confiança para nós mulheres. (Cida do Zé Bugre, 2024)

A partir das respostas dadas pelas vereadoras, fica clara a dificuldade enfrentada por elas na divulgação dos seus projetos ao público, o que muitas vezes resulta na falta de reconhecimento do seu trabalho. A falta de acesso à informação também é um problema expressivo encarado já pelas vereadoras, já que a parte divulgada dos projetos é feita de maneira defeituosa, não utilizando dos meios certos e escala suficiente para alcançar o público, que muitas vezes não sabe como encontrar este conteúdo.

Tudo isso corrobora para que o trabalho das mulheres dentro da Câmara se torne invisível, esquecido pela má divulgação ou que seja erroneamente atribuído a outras pessoas, dificultando ainda mais o reconhecimento do empenho que as mulheres tem e tiveram dentro da política do município. Para finalizar a entrevista, foi perguntado se elas acreditam que seu trabalho como vereadoras, nesta legislatura, contribuiu para políticas públicas voltadas para as mulheres (Entrevista realizada em 05/11/2024):

Sim, acredito. Tanto que nós temos vários projetos que já foram aprovados, relacionados às políticas públicas para as mulheres, e muitos projetos que nós temos adiante para as políticas públicas para as mulheres. Inclusive, hoje nós estamos em um trabalho que é com a Supersecretária de Políticas Públicas para as Mulheres, no assentamento. Vamos estar lá falando sobre os 16 dias do ativismo. Então, a gente sempre está junto nesses eventos. (Gabriela Delgado, 2024)

A vereadora Cida do Zé Bugre concordou com a resposta dada por Gabriela Delgado (Entrevista realizada em 06/11/2024):

Sim, acredito e muito. Porque a gente estava até fazendo as pesquisas esses dias, buscando conhecimento para saber quem foi o gênero que mais procurou trabalhar com as políticas das mulheres, e fomos nós vereadoras. Sempre éramos nós. Uma de nós três estava ali com requerimento, com uma indicação, sempre para poder estar ajudando nesse setor. (Cida do Zé Bugre, 2024)

A vereadora destacou, também em resposta à pergunta realizada, que foi uma das que mais emitiu requerimentos e indicações em favor de políticas públicas:

Nas políticas públicas voltadas às mulheres, voltadas ao social, voltadas ao racial, que é uma das minhas bandeiras, pela promoção da igualdade racial aqui na Câmara, e espero que eu vou sair nesse momento, é um pouco doloroso, que eu gostaria de continuar trabalhando as minhas causas aí, mas espero que outros vereadores se interessem também pelas nossas causas sociais e ajudem elas, porque vão ficar duas, nós perdemos, a nova Andradina perdeu uma, poderia ter mais também, mas a gente perdeu na nossa luta de representatividade na Câmara Municipal. (Cida do Zé Bugre, 2024)

O resultado apresentado pelas vereadoras Gabriela Delgado, Márcia Lobo e Cida do Zé Bugre na atual legislatura torna explícita a necessidade de inclusão dentro da Câmara Municipal de Nova Andradina. Nos anos em que atuaram como vereadoras, as três representantes se empenharam em políticas públicas voltadas, principalmente, à parcela feminina da população, buscando atender às suas necessidades como mulheres e como cidadãs num geral. É necessário ressaltar que, embora seus projetos apresentem resultados amplamente positivos, a falta de continuidade e a escassez de apoio por parte da Câmara e da população escancaram a fragilidade das políticas públicas quando não há uma presença constante e forte de mulheres nas instâncias políticas.

4. Considerações que não são finais

A hegemonia masculina dentro do âmbito político é um problema latente na nossa sociedade, resistindo por gerações e atravessando estados e culturas diferentes. Este estado de hegemonia se mostrou presente na política do município de Nova Andradina desde sua primeira legislatura. A presente pesquisa buscou apresentar uma análise acerca do trabalho e da participação feminina na Câmara Municipal de Nova Andradina – MS com o passar dos anos, ouvindo as vozes dessas mulheres que lutaram e ainda lutam por um lugar de igualdade dentro da nossa política.

A pesquisa realizada comprovou este estado latente de hegemonia masculina na política de Nova Andradina. Em toda a sua história, o município contou com uma porcentagem ínfima de representantes femininas dentro da Câmara, o que gerou um atraso na busca pelos direitos das mulheres. Com apenas três representantes na atual legislatura, a Câmara ainda sofre com a previsão de um desfalque em um número já pequeno, com a saída de uma das vereadoras no próximo mandato, o que se provou ser um motivo de preocupação para todas elas, tendo em vista as dificuldades de atender e representar as demandas de todas as mulheres do município. Atualmente, apenas três mulheres ocupam espaço entre os vereadores, configurando uma minoria dentro da Câmara.

A análise dos resultados mostrou também uma outra face da problemática enfrentada pelas mulheres atuantes na Câmara Municipal: A descrença da capacidade das mulheres de assumirem posições e posturas de poder, ocasionado pela hegemonia masculina nesse espaço fazendo com que as mulheres não devem participar ou sentir interesse pela política. Este problema se torna ainda mais expressivo se levamos em consideração que o número de

eleitoras mulheres dentro do município supera o índice de eleitores masculinos, correspondendo a mais da metade da população, como destacado pelas entrevistadas. Mesmo representando uma maioria do público votante, ainda há uma enorme dificuldade em apresentar e desenvolver propostas, e quando estas são colocadas em pauta, a falta de reconhecimento mostra-se um obstáculo ainda maior.

De acordo com as entrevistas realizadas, uma parcela significativa dos projetos criados e desenvolvidos pelas mulheres não obtiveram qualquer menção aos seus nomes quando apresentados ao público geral, o que novamente contribui para a falta de uma melhor noção do trabalho que as mulheres desempenharam e desempenham na política do município. Outro fato apontado pelas entrevistadas foi a prática feminina de votar através de indicações de parentes, em sua maioria masculinos, o que novamente é ocasionado pela falta de interesse político. Este desinteresse pode ser interpretado como uma noção de não pertencimento no âmbito político por parte das mulheres.

A hegemonia masculina presente em toda a história política de Nova Andradina – MS é um reflexo das desigualdades estruturais que permeiam nossa sociedade. A ausência de representatividade e o desinteresse político das mulheres não são apenas sintomas de um sistema excludente, mas também consequências de uma cultura que desvaloriza suas contribuições. É imprescindível que medidas concretas sejam implementadas para transformar essa realidade, objetivando construir uma política mais igualitária e inclusiva, capaz de refletir a pluralidade da sociedade e atender às demandas de todas as cidadãs. Essa pesquisa não termina com o artigo de conclusão de curso, é preciso continuar. As considerações não finais.

Referências

BOURDIEU, Pierre Félix. A Dominação Masculina. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

BOURDIEU, Pierre Félix. Poder Simbólico. **Memória & sociedade**, v. 1, 1989.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **FRONTEIRAS: Revista de História**, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, 2013.

DELGADO, Gabriela Carneiro. Entrevista concedida a Mateus Jesuíno. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 5 nov. 2024.

DIAS, Márcia Ribeiro. **Hegemonia e Polarização:** A reconfiguração de forças políticas no município de Porto Alegre (1988 a 2000). Revista de Ciências Sociais, 2002.

GRIGOLO, Márcia Batista Lobo. Entrevista concedida a Mateus Jesuíno. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 5 nov. 2024.

POPULAÇÃO ESTIMADA: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2024.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do macho.** Ministério Público do Estado da Bahia, 2010.

SANTOS, Simone dos. **NÃO SE CALE:** A JORNADA DO PROMUSE CONTRA A VIOLÊNCIA DA MULHER EM NOVA ANDRADINA-MS (2018-2023). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade.** Porto Alegre, 1995.

VALDEZ, Maria Aparecida Correa. Entrevista concedida a Mateus Jesuíno. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 6 nov. 2024.